

DEP. MARLA TURECK

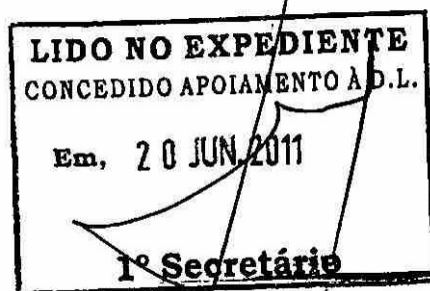


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputada Estadual Marla Tureck



Projeto de Lei nº 513/11



SÚMULA: Torna obrigatória a reserva de cinco por cento de mesas e cadeiras para idosos, gestantes e pessoas com necessidades especiais nas praças de alimentação dos *shoppings centers* e restaurantes, no Estado do Paraná.

Art. 1º. As praças de alimentação dos *shoppings centers* e restaurantes, estabelecidos no Estado do Paraná, mantidos pela iniciativa pública ou privada, deverão destinar, no mínimo, cinco por cento de seus lugares para uso exclusivo de pessoas com necessidades especiais, idosos e gestantes.

Parágrafo único. Os lugares reservados para o cumprimento ao disposto nesta Lei deverão ser identificados por avisos ou por alguma característica que os diferencie dos assentos destinados ao público em geral.

Art. 2º. Os estabelecimentos alcançados pela presente Lei deverão, de igual forma, adaptarem-se para o acesso e uso por usuários de cadeiras de rodas.

§ 1º. A adaptação referida no *caput* consubstancia-se na instalação de rampas ou de elevadores, de portas cuja largura comporte a passagem de cadeiras de rodas, e de aparelhos sanitários apropriados para o uso de pessoas com deficiência.

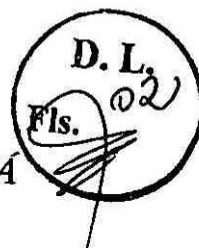
§ 2º. Estão desobrigados do cumprimento da presente Lei, total ou parcialmente, aqueles estabelecimentos que apresentarem laudo técnico firmado por profissional habilitado, comprovando a impossibilidade de adaptar-se para os fins previstos nesta Lei.

§ 3º. No caso previsto no parágrafo anterior, caberá ao Poder Executivo Estadual, através do órgão competente, verificar a veracidade das informações contidas no laudo técnico.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputada Estadual Marla Tureck



Art. 3º. É concedido o prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação desta Lei, para que os estabelecimentos dispostos no *caput* do art. 1º realizem todas as adaptações necessárias e exigidas na presente Lei

Parágrafo único. Transcorrido o prazo previsto no *caput*, ficarão os estabelecimentos que descumprirem esta Lei sujeitos às seguintes penalidades:

I – advertência, na primeira autuação;

II - multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) se não sanada a irregularidade no prazo de trinta dias após a advertência;

III – multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) se não sanada a irregularidade no prazo de trinta dias após a aplicação da multa prevista no inciso II;

IV - multa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por mês, até que seja sanada a irregularidade, caso as adaptações não tenham sido providenciadas no prazo de trinta dias após a aplicação da multa prevista no inciso III.

Art. 4º. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de cento e vinte dias, após a sua publicação.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

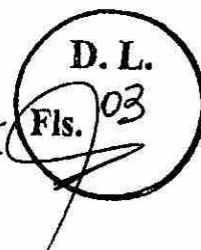
Sala das Sessões, em

MARLA TURECK
Deputada Estadual



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputada Estadual Marla Tureck



JUSTIFICATIVA

A presente propositura visa à obrigatoriedade da reserva de 5% (cinco por cento) de mesas e cadeiras para idosos, gestantes e portadores de necessidades especiais nas Praças de Alimentação dos *shoppings centers* e restaurantes, no âmbito estadual.

Tal propositura vem ao encontro das necessidades dessas pessoas, que têm o desejo de estar nestes ambientes, mesmo tendo alguma dificuldade de mobilidade, e assim conviver em sociedade sem tantos obstáculos. Desta maneira, as gestantes e os idosos não terão mais que esperar, até que surjam vagas.

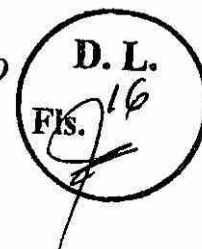
Podemos verificar a dificuldade da vida social das pessoas com deficiência, e a sociedade deve adequar-se para dar acessibilidade aos deficientes, que também podem participar de entretenimentos, ou seja, também são consumidores.

Diante do exposto, faço votos de que os nobres Pares imbuídos do mesmo propósito unam-se na aprovação deste projeto.



*Assembléia Legislativa do Estado do
Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça*



PARECER AO PROJETO DE LEI 513/11

Projeto de Lei nº 513/11
Autor: Deputada Marla Tureck

Súmula: Obriga a reserva de cinco por cento de mesas e cadeiras para idosos, gestantes e pessoas com necessidades especiais nas praças de alimentação dos shoppings centers e restaurantes, no Estado do Paraná.

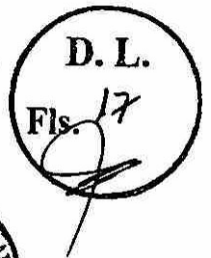
EMENTA: RESERVA DE LUGARES PARA IDOSOS, GESTANTES E DEFICIENTES NAS PRAÇAS DE ALIMENTAÇÃO DOS SHOPPINGS CENTERS E RESTAURANTES. POSSIBILIDADE. DEFESA DO CONSUMIDOR. ARTS. 23, II e 24, VIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ART. 65 e 140 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. ART. 33-A, I DO REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Marla Tureck, objetiva obrigar a reserva de 5% das cadeiras e mesas, em restaurantes e praças de alimentação em shoppings centers, para idosos, gestantes e pessoas com necessidades especiais.



*Assembléia Legislativa do Estado do
Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça*



FUNDAMENTAÇÃO

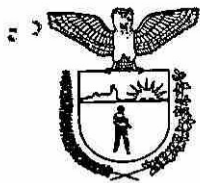
De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Regimento Interno da Assembléia Legislativa desta Casa de Leis, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal n. 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Quanto à competência legislativa, primeiramente, consigne-se que a obrigatoriedade de reserva de assentos para pessoas com necessidades especiais, idosos e gestantes visa solucionar uma dificuldade para tais pessoas com debilidade física, passageira ou não, mas que se encontram em situação de não poder esperar vagas para que possam sentar.

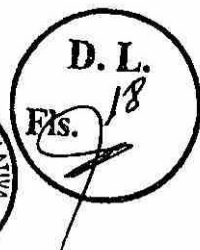
Certamente, o ideal seria o respeito entre os cidadãos e que, quando um visse outro com certa dificuldade, cedesse seu lugar para que o idoso, a gestante, ou o deficiente pudesse sentar, sem necessidade de leis delimitando vagas para cada um, mas nem sempre é o que ocorre. Assim, o presente projeto de lei tem seu objetivo respaldado constitucionalmente de proteger pessoas com tais dificuldades:



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khurfi

Comissão de Constituição e Justiça



Veja-se o que dispõe a Constituição Federal sobre o tema, e ainda sobre a competência dos Estados para legislar a respeito desse assunto:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

Do mesma forma, sobre a ordem econômica e a livre iniciativa, estabelece a Constituição Federal em seu artigo 170, que:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

Nossa Constituição Federal teve especial atenção aos portadores de necessidades especiais, que inclusive constou em suas disposições constitucionais gerais:

Art. 244. A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, § 2º.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Destarte, o presente projeto que visa promover a defesa do consumidor, em especial aquele portador de necessidades especiais, os idosos e as gestantes é constitucional.

Com relação à competência neste âmbito, dispõe a Constituição Estadual que cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa a iniciativa de Lei Ordinária:

"Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição".

Outrossim, por não se tratar de matéria elencada pelo art. 66 da Constituição Estadual como de competência privativa do Governador do Estado, constata-se, destarte, a adequação do proponente às normas pertinentes.

Assim, considerando-se que a matéria abarcada não se enquadra no rol de competência privativa atribuída ao Chefe do Poder Executivo Estadual, não há que se falar em vício de iniciativa. Por conseguinte, vislumbra-se que o projeto de lei está em consonância aos ditames constitucionais.

Ademais, ao examinar a matéria, verifica-se, tanto através da informação fornecida pela Diretoria Legislativa, como pesquisando nos registros no sítio www.alep.pr.gov.br e www.pr.gov.br (legislação), não existe lei obrigando a reserva de cinco por cento de mesas e cadeiras para idosos, gestantes e pessoas com necessidades



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

especiais nas praças de alimentação dos shoppings centers
restaurantes, no Estado do Paraná.



Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem
óbices ao disposto pela Lei Complementar nº 95/98.

CONCLUSÃO

Assim, somos pela CONSTITUCIONALIDADE e
LEGALIDADE, consequentemente sua APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, 13 de setembro de 2011.

o Couto Aquitana
vice-presidente

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO NEREU MOURA
RELATOR

VOTO
CONTRARIO
AO PARECER
Dep. Elise Rugg
Odemar Tualim
Fernando Sc.
Dulcio Senari

15
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

/ COMISSÃO DA CRIANÇA, ADOLESC.,

GABINETE DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 513/11

Súmula: OBRIGA A RESERVA DE CINCO POR CENTO DE MESAS E CADEIRAS PARA IDOSOS, GESTANTES E PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NAS PRAÇAS DE ALIMENTAÇÃO DOS SHOPPINGS CENTERS E RESTAURANTES, NO ESTADO DO PARANÁ.

EMENTA: RESERVA DE LUGARES PARA IDOSOS, GESTANTES E DEFICIENTES NAS PRAÇAS DE ALIMENTAÇÃO DOS SHOPPINGS CENTERS E RESTAURANTES. POSSIBILIDADE. DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO. ART. 2º DA LEI 10.741/2003. PARECER PELA APROVAÇÃO.

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Marla Tureck, objetiva obrigar a reserva de 5% das cadeiras e mesas, em restaurantes e praças de alimentação em shoppings centers, para idosos, gestantes e pessoas com necessidades especiais.

FUNDAMENTAÇÃO

Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Idoso, em consonância com ao disposto no Regimento Interno da Assembléia Legislativa desta Casa de leis, analisar e fiscalizar medidas destinadas à proteção dos direitos das crianças, adolescentes e idosos:



Art. 33-V Compete à Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, do Adolescente e do Idoso:

I - debater, orientar, apoiar e fiscalizar a atuação do poder público estadual no que se refere à elaboração e execução de políticas públicas para as crianças, adolescentes e idosos.

II - analisar medidas que visem ao fortalecimento e à ampliação de programas destinados às crianças, adolescentes e idosos; e

III - manifestar-se em proposições relativas aos interesses e direitos das crianças e dos idosos incluindo todas as matérias relacionadas às políticas públicas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso.

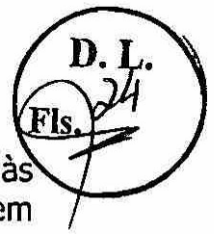
O presente projeto de lei visa garantir acentos para pessoas com necessidades especiais, incluindo idosos, motivo pelo qual compete à esta Comissão manifestar-se a respeito da validade da medida proposta.

É de conhecimento geral os diversos problemas que os idosos enfrentam em seu dia a dia, e cumpre ao poder público, em cumprimento ao Estatuto do Idoso, elaborar medidas que possibilitem a inclusão social dos idosos em todos os sentidos, bem como facilitar o acesso destes a todos os ambientes.

A reserva de acentos a idosos não fere qualquer princípio legal, ao contrário, a proposição analisada faz cumprir nos espaços previstos o que reza o artigo 2º do Estatuto do Idoso:

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Flora



Garantir acento em praças de alimentação às pessoas idosas assegura a estes a facilidade de usufruir dos espaços sem precisar esperar longo tempo, garantindo sua saúde física e bem estar social.

Assim considerando que a matéria abarcada não fere nenhum dos princípios legais dos idosos, o projeto de lei está apto a continuar sua tramitação nesta Casa de Leis.

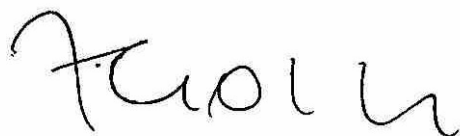
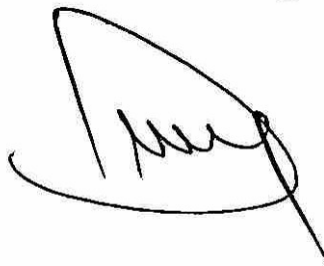
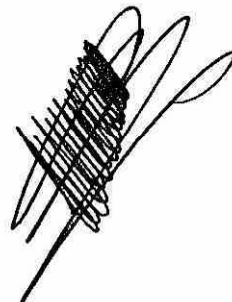
CONCLUSÃO

Assim, somos favoráveis a que o Projeto **CONTINUE** sua tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, 04 de setembro de 2011


DEPUTADA ROSE LITRO
PRESIDENTE


DEPUTADO ROBERTO ACIOLLI
RELATOR





Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 513/2011

O Projeto de Lei n.º 513/11, de autoria da Deputada Marla Tureck, objetiva obrigar a reserva de 5% das cadeiras e mesas, em restaurantes e praças de alimentação de shoppings, para idosos, gestantes e pessoas com necessidades especiais.

Após pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Defesa dos Direitos da Criança, Adolescente e Idoso, encaminhou-se a esta o presente para análise e parecer, sendo fundamental para o prosseguimento do feito que seja baixado em diligência para a Associação dos Deficientes Físicos do Paraná – ADPF, para que esta se pronuncie acerca da matéria.

ANÁLISE DO MÉRITO

Tal propositura vem ao encontro das necessidades dos idosos, gestantes e portadores de necessidades especiais, os quais têm o desejo de freqüentar os ambientes públicos em questão, mesmo tendo alguma dificuldade de mobilidade e ampliar seu convívio social.




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



A fim de conhecer a real necessidade de positivação do presente projeto de lei, no que tange ao mérito, ainda que já emitidos pareceres por parte das Comissões desta Casa, remetemos o mesmo para que seja baixado em diligência à Associação dos Deficientes Físicos do Paraná – ADFP, para que esta realize análise da matéria em questão.

Sala das Comissões, 14 de dezembro de 2011.


Deputado Tadeu Veneri
Presidente


Deputado Ney Leprevost
Relator



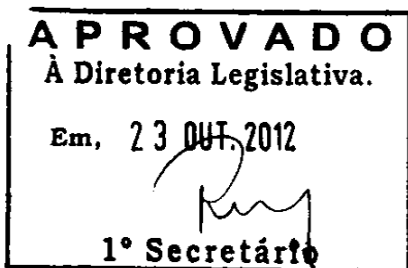





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



REQUERIMENTO

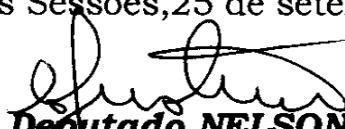


Súmula: Requer a anexação do Projeto de Lei nº 490/12 ao 513/11, por tratarem de matérias correlatas.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário a anexação do **Projeto n. 490/12 ao 513/11**, conforme dispõe o art. 120 do Regimento Interno desta Casa de Leis, por tratarem de matérias correlatas.

Sala das Sessões, 25 de setembro de 2012.


Deputado NELSON JUSTUS
Presidente da Comissão
de Constituição e Justiça

Anote-se e encaminhe-s.
Para Providências
DL: 24/10/12

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

16:06 23/10/2012 006533 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

PARECER AOS PROJETOS DE LEIS Nº 513/2011 e 490/12

O presente Projeto de Lei, de autoria da Deputada Marla Tureck, torna obrigatória a reserva de cinco por cento de mesas e cadeiras para idosos, gestantes e pessoas com necessidades especiais nas praças de alimentação dos *Shoppings Centers* e restaurantes.

A matéria já recebeu análise, da constitucionalidade e legalidade, da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável.

Chamada a opinar, a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, apresenta parecer favorável, na **forma da emenda apresentada** pela autora Deputada Marla Tureck em anexo. A proposição que visa à obrigatoriedade da reserva de 5% de mesas e cadeiras para idosos e portadores de necessidades especiais nas praças de alimentação dos *Shoppings Centers* e restaurantes no âmbito Estadual vem encontro das necessidades dessas pessoas, que têm o desejo de estar nesses ambientes, mesmo tendo alguma dificuldade de mobilidade, e assim conviver em sociedade sem tantos obstáculos. Desta maneira, as gestantes e os idosos não terão mais que esperar, até que surjam vagas.

Isto posto, opinamos pela aprovação do Projeto na forma da emenda.

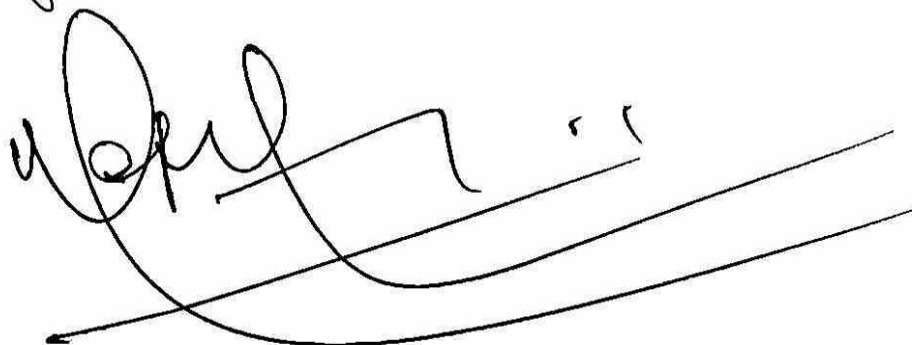
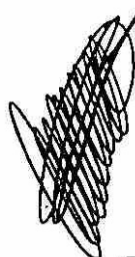
Sala das Comissões, em 20 de novembro de 2012.



TADEU VENERI
Presidente



NEY LEPREVOST
Relator





A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA
AO PRESIDENTE DA COMISSÃO DEPUTADO TADEU VENERI

EMENDA Nº ____ AO PROJETO DE LEI Nº 513/2011

Dê-se ao Artigo 1º do Projeto de Lei nº 513/2011, a seguinte redação:

“Artigo. 1º. As praças de alimentação dos *shoppings centers* e restaurantes, estabelecidos no Estado do Paraná, mantidos pela iniciativa pública ou privada, deverão destinar, no mínimo, cinco por cento de seus lugares para uso preferencial de pessoas com necessidades especiais, idosos, gestantes e seus respectivos acompanhantes.”

Insira-se ao Artigo 1º do Projeto de Lei nº 513/2011, o seguinte parágrafo:

“§ 2. Nos horários em que as praças de alimentação que tratam esta Lei possuem maior fluxo de consumidores, deverá ser incentivada por meio de cartazes, avisos ou placas a prática de compartilhamento de mesas.”

Com a inserção deste parágrafo, renumerem-se os demais que sejam afetados pela alteração, nos termos da lei de técnica legislativa pertinente.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de emenda apresentada com fulcro no artigo 136, § 3º e 4º, do Regimento Interno desta Casa de Leis. Tal proposição é tempestiva, conforme artigo 141, inciso II, do mesmo Regimento Interno.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Gabinete Deputada Marla Tureck



Preliminarmente se pretende com o presente sanar uma omissão que possivelmente acarretaria equívocos na efetivação da norma discutida. Ocorre que após a veiculação da presente propositura, sugestões e críticas foram feitas por todos aqueles que a mesma alcança, sendo oportuno promover algumas alterações.

Neste aspecto apresenta se emenda modificativa no sentido de se estabelecer que as mesas reservadas possam ser ocupadas pelos titulares do benefício em tela e por seus respectivos acompanhantes. Outro ponto é estabelecer que estas mesas sejam reservadas forma preferencial.

Pois bem, o projeto busca incentivar a inclusão das pessoas idosas, deficientes e gestantes em ambientes sociais, inibindo qualquer obstáculo ou dificuldade, sendo admitido que tais assentos sejam utilizados pelos mesmos e por aqueles que em sua companhia estiverem.

Ademais, no que tange a forma de guarda destes lugares, opta-se por definir desde então o termo "Preferencial" ao Exclusivo utilizado originalmente no projeto, pois a referida exclusividade poderia provocar efeitos contrários ao da inclusão almejada. Seria aplicado formato semelhante aos previstos legalmente nos caixas preferências de lojas e supermercados.

Para ilustrar melhor, observemos que em caso de reserva 'exclusiva' determinada praça de alimentação sem a presença de idosos, gestantes ou deficientes em determinado período, deveriam manter suas mesas e cadeiras vazias a espera destes, sendo que na forma preferencial estas poderão tranquilamente ser utilizadas pelos consumidores que já estiverem no local, observando-se a preferencia no caso da chegada de beneficiários desta lei.

Por tais argumentos, as modificações apresentadas evidenciam o caráter de inclusão social. Assim buscando o continuo aperfeiçoamento dos projetos legislativos já apresentados, consideremos tais mudanças em atenção às sugestões e críticas apresentadas até o momento.




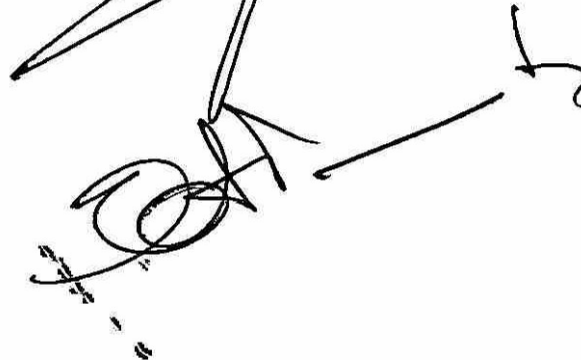
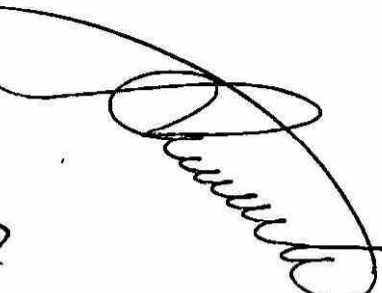
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Gabinete Deputada Marla Tureck



Por derradeiro, acolhendo a contribuição da FIEP com a ideia de se abrir espaço no presente projeto de lei para inserir um movimento de compartilhamento de mesas. Fazendo constar no bojo da lei este tipo de prática, incentivando efetivamente inclusão, integração não só das pessoas abrangidas por esta lei como todas aquelas que frequentam estas praças.

Pelo exposto, considerando a relevância da propositura solicito o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente emenda e prosseguimento do Projeto de Lei.


MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À EMENDA DO PROJETO DE LEI Nº 513/11

Projeto de Lei nº 513/11

*****Anexo Projeto de Lei Nº 490/2012.**

Autor da emenda: Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania – Dep. Marla Tureck

8

Súmula: Torna obrigatória a reserva de cinco por cento de mesas e cadeiras para idosos, gestantes e pessoas com necessidades especiais nas praças de alimentação dos shoppings centers e restaurantes, no Estado do Paraná.

8

EMENTA: EMENDA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. POSSIBILIDADE. ARTS. 33-A, 137 E 138 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DE SUBEMENDA.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria da Deputada Marla Tureck, tinha como objetivo tornar obrigatória a reserva de cinco por cento de mesas e cadeiras para idosos, gestantes e pessoas com necessidades especiais nas praças de alimentação dos shoppings

centers e restaurantes no Estado do Paraná, sendo que recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, em face do voto exarado pelo Deputado Nereu Moura.

Ocorre que, recebeu Emenda na Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania, da própria autora do projeto de lei. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e
Justiça:**

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

2



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



8

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

Destarte, as Comissões Permanentes tem competência para apresentar emendas, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

8

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.

§ 1º Às comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas. (grifos nossos)

Além disso, o Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

3
[Assinatura]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:

I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso II do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, tendo em vista que a emenda ora em tela foi proposta na Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania.

O Regimento Interno, em seu art. 137, caput, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, conceituando aditiva e modificativa, vide §3º e 4º deste mesmo artigo.

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 3º Emenda aditiva é a proposição que se acrescenta à outra.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

Desta forma, verifica-se que a presente emenda está perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

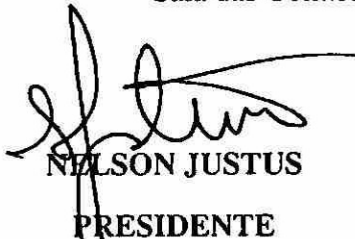


Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98.

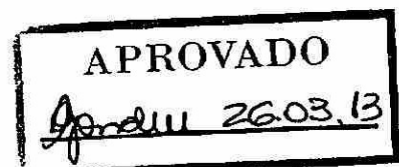
CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** da presente Emenda proposta pela Deputada Marla Tureck, **na forma da Subemenda**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em de 2013.


NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


PR. EDSON PRACZYK
RELATOR





**SUBEMENDA À EMENDA MODIFICATIVA
AO PROJETO DE LEI Nº 513/2011**

O art. 1º do Projeto de Lei nº 513/2011 para a contar com a seguinte redação:

"Art. 1º ...

"Art. 1º, § 2º Os estabelecimentos deverão, afixar em local visível, cartazes, avisos ou placas informativas com o seguinte conteúdo: ***"Este estabelecimento incentiva o compartilhamento de mesas, conforme a Lei nº"***

Sala das Sessões 26 de março de 2013.


NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


PR. EDSON PRACZYK
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 513/2011

Súmula: Torna obrigatória a reserva de cinco por cento de mesas e cadeiras para idosos, gestantes e pessoas com necessidades especiais nas praças de alimentação dos shoppings centers e restaurantes, no Estado do Paraná.

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 513/2011, de autoria da Deputada Marla Tureck, tem por objetivo tornar obrigatória a reserva de cinco por cento de mesas e cadeiras para idosos, gestantes e pessoas com necessidades especiais nas praças de alimentação dos shoppings centers e restaurantes.

Preliminarmente, cumpre ressaltar que conforme art. 33-M do Regimento Interno da Assembleia Legislativa compete a esta Comissão de Indústria e Comércio manifestar-se sobre toda e qualquer proposição relativa à Indústria e Comércio, que é o caso do Projeto de Lei em fêla.

FUNDAMENTAÇÃO

A lei vai ao encontro das necessidades dessas pessoas, visto que todos são consumidores e merecem serem bem



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO



atendidos e terem acesso, "Todos tem o direito e o desejo de ir a um shopping, a um restaurante, afinal essas pessoas também são consumidores, e merecem ser bem tratados. De agora em diante as gestantes, os idosos e os deficientes físicos não terão mais que esperar, até que surja uma vaga", explica o deputado.

Em relação à competência para legislar sobre a matéria, a Constituição Federal, em seu art. 24, inciso XIV, estabelece que é concorrente, ou seja, cabe ao Estado suplementar as normas gerais editadas pela União com normas que atendam às peculiaridades regionais. A Constituição Estadual em seu art. 13, inciso XV, alínea "o", também insere o tema no âmbito da competência concorrente entre os entes federados.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Comissão de Indústria e Comércio opina pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 513/2011.

Sala das Comissões, 24 de abril de 2013.


Deputado André Bueno
Presidente


Joads Guimarães
Relator






Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury -

Gabinete do Deputado Elton Welter

Diretoria
Legislativa



PROJETO DE LEI Nº 194/2013.

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.**

Em, 15 MAIO 2013


1º Secretário

Súmula: Declara de utilidade pública – Lei nº 16.888/2011, DO Nº 8519, 1º/8/2011 - a **F.T.M.P. – Federação de Tênis do Estado do Paraná**, inscrita no CNPJ sob o n. 75.978.064/0001-60, com sede e foro na Comarca de Campo Mourão, PR, na av. Guilherme de Paula Xavier, n. 2871, CEP 87.303-070.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por seus representantes, decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei declara de utilidade pública a entidade denominada **F.T.M.P – Federação de Tênis do Estado do Paraná**, associação sem fins econômicos, de caráter desportivo amadorista, com personalidade jurídica privada e patrimônio próprio, fundada na cidade de Curitiba/PR, no ano de 1958, inscrita no CNPJ sob o n. 75.978.064/0001-60, com sede e foro na Comarca de Campo Mourão/PR, na av. Guilherme de Paula Xavier, 2871, CEP 87303-070.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba/PR, 6 de maio de 2013.


Elton Welter
Deputado Estadual/PT



Diretoria
Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Elton Welter



JUSTIFICATIVA

"A civilização começa no momento em que o esporte começa."

(Nikos Kazantzakis, – 1885-1957 – Relatório para Greco, 17.)

A F.T.M.P. – Federação de Tênis de Mesa do Estado do Paraná, fundada no milênio passado, no idos de 1958, na cidade de Curitiba, hoje, tem sede e foro na não menos importante e próspera e cidade de Campo Mourão/PR.

No Estatuto Social desta vetusta Federação de Tênis está escrito que se trata de uma pessoa jurídica de direito privado, associação sem fins lucrativos, de caráter desportivo amadorista, que, pela sua importância, na área dos esportes no Cenário do Estado do Paraná, é composta pelas seguintes entidades desportivas filiadas: Centro Littero Esportivo Mocidade, Itupava Tênis Clube, União dos Gakusseis de Curitiba, Clube Sul América, Clube Sul América, Esporte Clube Drible Iris, Independência Esporte Clube, Clube Municipal de Curitiba, Sociedade Thalia, Grêmio Recreativo Kolber, Ideal Esporte Clube e AA.A de Filosofia Federal.

Mais, muito mais: a **F.T.M.P. – Federação de Tênis de Mesa do Paraná** não exerce nenhuma função delegada do Poder Público. E, também, é oportuno destacar que a **F.T.M.P. – Federação de Tênis de Mesa do Paraná** reconhece que a prática desportiva formal é regulada por normas

nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais e internacionais do desporto.

Portanto, a **F.T.M.P. – Federação de Tênis de Mesa do Paraná** tem por objetivo cumprir:



Diretoria
Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Elton Welter



- a) Administrar, dirigir, difundir e incentivar em todo o estado a prática do Tênis de Mesa em todos os níveis e manifestações sociais, inclusive os estudantis praticados por alunos das escolas primárias e secundárias, "paracampeonatos", praticado por portadores de deficiências;
- b) Representar o tênis de mesa paranaense junto aos poderes públicos em caráter geral;
- c) Respeitar e fazer respeitar as regras, normas e regulamentos emanados pela entidade hierarquicamente superior, além dos internacionais e olímpicos;
- d) Regular as inscrições dos praticantes do tênis de mesa na FTMP, fazendo cumprir as exigências das leis em vigor;
- e) Promover e fomentar a prática do tênis de mesa de alto nível, estudantil, universitário, em empresas públicas e privadas, e portadores de doenças física, mental e auditiva, pugnando pelo progresso de todas as entidades filiadas;
- f) Promover a realização de campeonatos e torneios do desporto que dirige;
- g) Interceder perante os poderes públicos, em defesa dos direitos e interesses legítimos das pessoas jurídicas e físicas sujeitas à sua jurisdição;

E, por último, como demonstração de sua importância no âmbito do Estado do Paraná, destaca-se a meta derradeira:

- h) Praticar, no exercício da direção regional do tênis de mesa todos os atos necessários à realização de seus fins.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Elton Welter

Diretoria
Legislativa



Logo, vê-se a grandeza desta Associação sem fins lucrativos e o universo de pessoas, escolas, entidades civis e públicas só para citar algumas, e que dela esperam continue fazendo desta modalidade de prática desportiva(o tênis de mesa)cada vez mais uma unidade geradora de desportistas talentosos que projetam o Estado à mesma altura nacional e internacional.

Para que essa modalidade esportiva possa prosseguir alcançando a essência do associativismo desportista, mister se faz o apoio incondicional desta Augusta Assembleia Legislativa para aprovar o presente Projeto de Lei, até o dia 10/5/2013, porquanto esse o prazo fatal para fazer jus aos incentivos e se enquadrar nos critérios para aprovação de repasse de recursos às Federações, Ligas e Associações Esportivas e paradesportivas, constantes do Projeto do Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Esporte, denominado "PARANÁ DESENVOLVIMENTO ESPORTIVO"(cópia inclusa).

E, para finalizar, a **F.T.M.P. – Federação de Tênis de Mesa do Paraná**, preenche e se enquadra em todos os requisitos exigidos pela Lei Nº 16.888, de 1º de agosto de 2011, publicado no DO nº 8519, de 1º/8/2011¹, abaixo reproduzida, para o que acosta à presente proposição legislativa o rol de documentos necessários e indispensáveis aos fins e efeitos a que se destina, quais sejam:

¹ Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos: I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado; II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa; III – que a entidade não tenha fins lucrativos e em seu estatuto social conste sua natureza jurídica, sua finalidade, sua missão, seus objetivos e que não distribua lucros, excedentes operacionais, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do respectivo objetivo social; IV – que acoste declaração, reconhecida em cartório, de que seus membros não são remunerados e que os serviços que prestam são de relevante interesse público; V – que conste em seu estatuto gestão administrativa e patrimonial que garantam e preservem o interesse público e em caso de dissolução e devida destinação do patrimônio a entidade sem fins lucrativos; VI – que conste documento contábil que ateste a regularidade da instituição junto à Receita Federal e certidão do Tribunal de Contas do Paraná, quando for o caso. VII – declaração do presidente da entidade quanto ao recebimento presente ou passado de repasse de recursos públicos sejam eles municipais, estaduais, federais ou de entes internacionais. § 1º As entidades de cunho de assistência social, deverão comprovar a inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social ou Conselho Estadual de Assistência Social. § 2º As demais entidades deverão apresentar declaração de órgão público municipal, na pessoa de seu titular, que prestam serviço relevante à comunidade local e qual sua área de atuação, exceto quando já tenham título de utilidade pública municipal. Art. 2º O autor do projeto de lei, deverá declarar que tem conhecimento das atividades e da relevância dos serviços prestados pela entidade, a qual propõe a declaração de utilidade pública. Art. 3º As entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria. Art. 4º Será cassada a declaração de utilidade pública da entidade que comprovadamente: I – deixar de prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná dos recursos recebidos, no último ano, sendo que aquele órgão comunicará a Assembleia Legislativa o não cumprimento da norma, sem motivo justificado; II – deixar ou se negar a prestar os serviços compreendidos nos fins estatutários para a qual foi constituída. Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar a presente lei. Art. 6º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogada a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 01 de agosto de 2011. Flávio Arns Governador do Estado, em exercício. Fernanda Bernardi Vieira Richa Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social. Durval Amaral Chefe da Casa Civil. Luiz Eduardo Chelida Deputado Estadual (Lei nº 16888, 1º/8/2011, DO nº 8519, de 1º/8/2011, que Dispõe sobre os requisitos para a declaração de utilidade pública e adota outras providências)(<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/listarAtosAno.do?action=exibirImpressao&codAto=60634>)



Diretoria
Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Elton Welter



- a) A relevância; b) A necessidade; c) A conveniência e
d) A oportunidade.

Praça Nossa Senhora de Saete, s/n - Edifício Presidente Tancredo Neves

Gabinete 106 - Tel.: (41) 3350-4039/3350-4239 – Curitiba/PR

E-mail: dep.welter@pr.gov.br site: www.welter.org.br



Diretoria
Legislativa

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Gabinete do Deputado Elton Welter



Tudo isso, porque o **ESPORTE**, nas palavras de GIRANDOUX(1882-1944), na Anthologie des Textes Sportives, de Gilbert Prouteau:

“Le sport est le seul moyen de conserver dans l’homme les qualités de l’homme primitiv”.

Traduzindo para o vernáculo:

“O esporte é o único meio de conservar no homem as qualidades do homem primitivo”.

Por isso, Senhoras e Senhores Deputados, vamos continuar a prestigiar e a valorizar o esporte tão cultuado em nosso Estado.

Pensemos nisso.

Curitiba/PR, 6 de maio de 2013.


Elton Welter
Deputado Estadual/PT



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 194/2013

Projeto de Lei nº. 194/2013
Autor: Deputado Elton Welter

Súmula: Declara de Utilidade Pública- Lei nº 16.888/2011, do nº8519, 01/08/2011- a **F.T.M.P.- Federação de Tênis do Estado do Paraná**, inscrita no CNPJ sob o n. 75.978.064/0001-60, com sede e foro na Comarca de Campo Mourão, PR, na av. Guilherme de Paula Xavier, n. 2871, CEP 87.303-070.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL NA FORMA DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL EM ANEXO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elton Welter, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **FEDERAÇÃO DE TÊNIS DE MESA DO ESTADO DO PARANÁ**, com sede e foro no Município de Campo Mourão, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- a natureza de associação ou fundação sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I e II, da Lei 16.888/2011, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º A declaração de utilidade pública somente será reconhecida por meio de lei, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I – pessoa jurídica de direito privado na forma de associação ou fundação, constituída no Paraná ou que no âmbito do Estado exerçam suas atividades através de representações com sede no Estado;

II – que possua personalidade jurídica, nos termos do Código Civil Brasileiro, há mais de (1) um ano e que seus atos constitutivos demonstrem as áreas de atuação, sendo da assistência social, da educação, da pesquisa, da cultura, do esporte ou do meio ambiente ou de pesquisa;

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumpre ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

No entanto, a fim de retificar o nome da entidade, uma vez que se trata da Federação de Tênis de Mesa do Paraná, e não apenas de Tênis, sugere-se a **Emenda Substitutiva geral**, em anexo, com fulcro no artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça




CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise, na forma da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** em anexo.

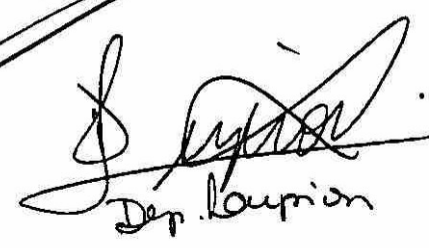
Sala das Comissões, em 02 de Julho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

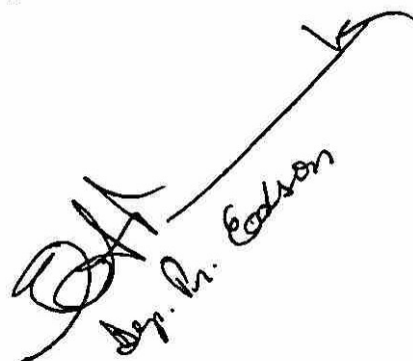

Dep. Hermos


Dep. Pericles


Dep. Laurion



Dep. Furini

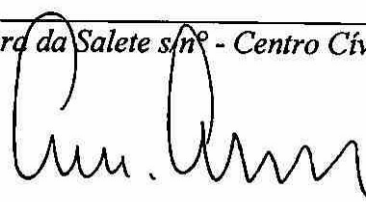

Dep. Walter


Dep. R. Edson

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

02/07/13 


Dep. CURI



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI N.º 194/2013


De acordo com o que determina o artigo 137, §2º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Projeto de Lei nº 194/2013, passa a contar com a seguinte redação:

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **FEDERAÇÃO DE TÊNIS DE MESA DO ESTADO DO PARANÁ**, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a **Federação de Tênis de Mesa do Estado do Paraná**, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 02 de Julho de 2013.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA
RELATOR

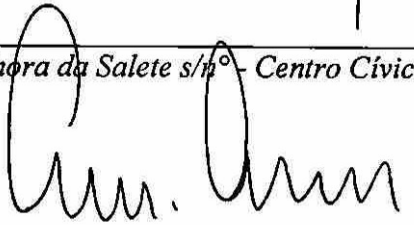





Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

APROVADO

02/07/13


Dep. CUR1



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

ANTEPROJETO DE LEI 304/13

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, à Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, da edificação do Centro Cultural de Irati.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, à Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, da edificação do Centro Cultural de Irati, executada com recursos provenientes do Tesouro Geral do Estado.

Art. 2º A edificação em questão será usada exclusivamente para as atividades do Centro Cultural de Irati.

Art. 3º A Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO se responsabilizará pela conclusão e manutenção da obra da referida edificação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 09 de julho de 2013.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

MENSAGEM
Nº 070 /2013

Curitiba, 09 de julho de 2013.



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.
Em, 15 JUL, 2013
1º Secretário

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 15/07/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação, à Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, da edificação do Centro Cultural de Irati, executada com recursos provenientes do Tesouro Geral do Estado.

A presente medida atende plenamente aos interesses públicos eis que a edificação em questão será usada exclusivamente para as atividades do Centro Cultural de Irati.

Consta, no texto do Anteprojeto de Lei em referência, dispositivo expresso no sentido de que a Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO ficará responsável pela conclusão e manutenção da obra da referida edificação.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e a consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
Governador do Estado

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJB/Prot.11.498.745-0

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette s/n | 80530 909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: [41] 3350 2800 | Fax: [41] 3254 7345 | www.pr.gov.br

15/07/2013 00:02:25 DAP



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 304/2013

Projeto de Lei nº 304/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 70/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, à Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, da edificação do Centro Cultural de Irati.

EMENTA: DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO AO UNICENTRO. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 70/2013, visa efetuar a doação, à Universidade do Centro-Oeste – UNICENTRO, da edificação do Centro Cultural de Irati, executada com recursos provenientes do Tesouro Geral do Estado.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

CONCLUSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



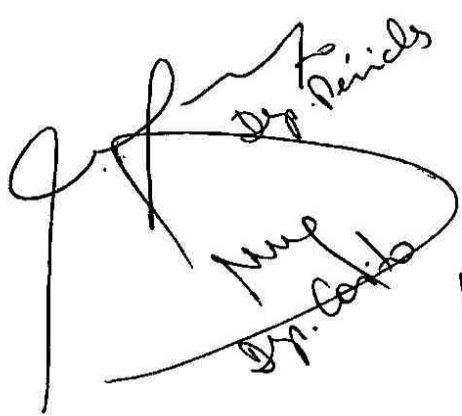
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 06 de agosto de 2013.



DEPUTADO NELSON JOSTUS
PRESIDENTE

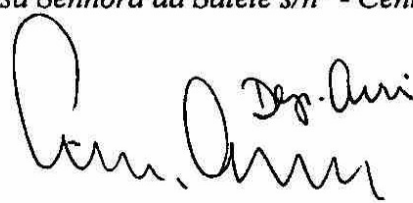

DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Carlos


Dep. Diniz
Dep. Carlos


Dep. Durini
Dep. Durion
Dep. Pastor

APROVADO
06/08/13 


Dep. Aníbal



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Membros: Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter;
Deputado Jonas Guimarães; Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 304/2013

Projeto de Lei nº 304/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 070/2013

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação à Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, da edificação do Centro Cultural de Irati.

I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 304/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da **mensagem 070/2013**, objetiva efetuar a doação à Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, da edificação do Centro Cultural de Irati, executada com recursos provenientes do Tesouro Geral do Estado.

II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 304/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar a Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO, com a doação de um espaço a ser utilizado exclusivamente para atividades do Centro Cultural de Irati. Este processo beneficiará não somente a Universidade em questão, mas também o próprio município de Irati e região, que ganhará um espaço administrado com ampla qualidade e profissionalismo, por alunos, professores e equipe técnica qualificada.

Sem dúvida, este processo beneficiará a todos os envolvidos, com a conquista de um espaço para ações diretas da própria Universidade. Investimentos necessários que darão continuidade a um empreendimento edificado com recursos provenientes do Tesouro Geral do Estado e que fortalecerá de forma direta o crescimento



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Membros: Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter;
Deputado Jonas Guimarães; Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



cultural no município, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

O Projeto de Lei 304/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 070/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, com um incentivo direto a uma inserção cultural regionalizada em benefício único e exclusivo de todos.

A Cultura é de direito de todos, conforme cita a Constituição do Estado do Paraná em seu Capítulo II - Artigo 190 e Parágrafo Único da Seção II, no que diz respeito à Cultura e a relação do Estado, União e Municípios em razão ao bem comum:

Art. 190. A cultura, direito de todos e manifestação da espiritualidade humana, deve ser estimulada, valorizada, defendida e preservada pelos Poderes Públicos, estadual e Municipal (...)

Parágrafo único. Fica assegurada pelo Estado a liberdade de expressão, criação e produção no campo artístico e cultural e garantidos, nos limites de sua competência, o acesso aos espaços de difusão e o direito à fruição dos bens culturais.

(Capítulo II - Artigo 190 e Parágrafo Único da Seção II - Da Cultura - Constituição do Estado do Paraná)

Justifico desta forma, o interesse público em gozar de empreendimentos valorizando a contribuição direta para um crescimento regionalizado, aferindo-se uma abrangência grandiosa voltada ao mérito desta proposição. Restando assim, grandes evidências da não existência de qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que a proposta não causa qualquer interferência em ações já realizadas na região e delimita o benefício pela conservação deste Espaço Cultural.

III - CONCLUSÕES

Concluo este parecer relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *"A cooperação*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação

Presidente: Deputado Francisco Buhrer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini
Membros: Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter;
Deputado Jonas Guimarães; Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e *visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal*". (Art. 12º, P. Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

Cito assim, destaca-se o mérito da matéria em questão, atrelado ao bem comum e a importância desta proposição, restando grandes benefícios em sua composição para que o **Projeto de Lei 304/2013** possa ser aprovado por esta Comissão.

IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios agregados ao Município de Irati, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido **Projeto de Lei 304/2013**, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.
Sala das Comissões em 12 de agosto de 2013.*


FRANCISCO BUHRER
Presidente da Comissão


TERUO KATO
Relator


Jonas Guimarães


Elton Welter


Tercílio Turini


Adelino Ribeiro


Pastor Edson Praczyk